



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

53ª REUNIÃO PLENÁRIA EM HOMENAGEM A LELIA GONZALEZ E ABDIAS DO NASCIMENTO

Data e horário: 13 de novembro de 2019, 10h às 19h, e 14 de novembro de 2019, 09h às 18h.

Local: Auditório da Defensoria Pública da União no Rio de Janeiro, Av. Presidente Vargas, 65, Rio de Janeiro.

RESUMO EXECUTIVO

DIA 13 DE NOVEMBRO DE 2019 (QUARTA-FEIRA):

Presidente Leonardo Pinho propõe inserção na pauta da nota sobre posição do Brasil com relação ao embargo de Cuba, e propõe inversão da pauta passando a Recomendação sobre Tupinambá para quinta-feira, relato Comissão Trabalho entra na data de hoje, todos os Conselheiros e Conselheiras se manifestam de acordo. Presidente Leonardo faz informe sobre emendas parlamentares conquistadas, propõe o envio de ofícios de agradecimento aos parlamentares que destinaram emendas ao CNDH. Agradecimento especial aos Conselheiros Eneida e Chalréo, que se esforçaram e conseguiram boas emendas para o Conselho. Informa que orçamento do CNDH vai ficar em 1,5 milhão de reais em 2020. Estimula a manter e ampliar a capacidade de buscar emendas parlamentares por parte das Conselheiras e Conselheiros.

1. Homenagem a Lélia Gonzalez e Abdias do Nascimento

Conselheira Ieda Souza comenta a homenagem declarando que Lelia Gonzales e Abdias são símbolos de luta constante do povo negro. Lelia era mulher a frente de seu tempo, lutou contra toda intolerância e machismo e dentro da academia defendia as teses contra o racismo, em todas as frentes. Ieda faz menção a mesa ocorrida no dia anterior do Seminário de Segurança Pública, e parabeniza o CNDH por ter realizado um espaço de construção de conhecimento tão importante para o povo negro. Declara que o mês de novembro é de celebração, mas também de luta. Ieda faz a leitura da Nota em Homenagem. Leandro propõe que seja feito estudo do CNDH para criação de lei de cotas raciais para entrada no serviço público.

Encaminhamentos: Nota Pública em Homenagem a Lélia Gonzalez e Abdias do Nascimento aprovada por unanimidade.

2. Informe sobre missão realizada para Sergipe e Bahia

Conselheiro Everaldo Patriota faz informe sobre a missão realizada a Sergipe e a Bahia para verificar o vazamento do óleo nos dias 23 a 25 de outubro. Relatório está em elaboração, houve

visita aos locais do litoral e audiência pública. Mídia não fala dos atingidos, só fala das tartarugas, dos golfinhos, mas não falam das pessoas que residem nesses locais. Quem comanda a maioria das lideranças na região são as mulheres, mulheres negras. Missão não teve um centavo de dinheiro público. Relatório será apresentado na reunião de dezembro. Deborah diz que CNDH tem que ter papel mais incisivo na questão do óleo. Todo o movimento de pescadores artesanais está inviabilizado economicamente, seguro defeso não dá conta disso. O que elas mais reclamam é de não serem chamadas para participar do processo, não são ouvidas e conhecem mais do que ninguém aquele regime de águas e serem informadas sobre o que está sendo planejado. Deficit de participação. Movimento negro é muito forte. Processo de demissão em massa de trabalhadores de hotéis. Conselheiro Eduardo reforça que o enfoque do CNDH tem de ser o de priorizar os atingidos. Deborah propõe uma missão a Bahia, pois a situação de óleo está atingindo as crianças da região.

Encaminhamentos: Encaminhar ofício ao MMA questionando sobre plano de contingência, quando foi liberado o seguro, quando plano foi acionado, se houve reuniões com as comunidades atingidas, como está a situação no momento atual.

3. Apresentação do Relatório da Missão ao Rio de Janeiro em setembro/19

Leo informa que relatório ainda está em processo de elaboração, serão incluídos os aportes trazidos pelos dois seminários do CNDH ocorridos no Rio nos últimos dias, que trouxeram importantes contribuições. As ouvintes presentes se apresentam: Jovita Belfort, mãe de uma filha desaparecida há 15 anos, militante e atualmente na coordenação das pessoas desaparecidas e Adriana Verner da Secretaria de Direitos Humanos, coordenação da educação em direitos humanos. Conselheiro Eduardo reforça que os seminários dos dois dias vão contribuir para integrar o relatório da missão, informações serão decisivas para análise mais aprofundada do panorama das problemáticas Rio de Janeiro.

Encaminhamentos Vice-Presidente Deborah propõe que os desaparecimentos sejam tratados como prioridade pelo CNDH. Presidente Leonardo faz informe sobre a reunião realizada em Brasília com a Cruz Vermelha Internacional, para dar início a um diálogo de aproximação. A instituição acompanha a questão dos desaparecimentos no Rio de Janeiro. No dia de ontem foi enviado ofício do CNDH solicitando informações para a Baixada sobre desaparecimento, foi dos pontos centrais tratados na reunião com a Cruz Vermelha. Ontem dois trabalhadores estiveram no Seminário do CNDH e consolidaram ao CNDH denúncia sobre o Hospital de Bonsucesso, dois trabalhadores foram retirados do hospital, emergência não está funcionando, estaria havendo venda de leitos no hospital, com a participação de políticos, Hospital é federal.

Encaminhamentos: Relatório será apresentado na reunião ordinária do CNDH em dezembro, com a incorporação das contribuições advindas do Seminário Saúde Mental e Seminário Segurança Pública. Inserir o tema dos desaparecimentos na pauta da reunião de dezembro e no planejamento das atividades do CNDH para o ano de 2020.

Presidente Leonardo faz informe sobre problema ocorrido durante a organização da reunião do Encontro do Pacto dos Conselhos. Por parte do Conselho dos Direitos Humanos do Rio de Janeiro foram indicados quatro conselheiros, porém cada Estado pode indicar apenas dois. Propõe ao Plenário o encaminhamento de uma solução.

Encaminhamentos: Entrar em contato com Conselho para informar que foram consideradas as indicações que foram feitas de forma formal pelo Conselho, e serão emitidas as passagens para esses dois conselheiros. Convidar formalmente os outros dois Conselheiros indicados para participar das atividades.

4. Relato e Encaminhamentos da Comissão Permanente Direito ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social

Conselheiro Ismael relata a reunião ocorrida no dia 11 de novembro no Rio de Janeiro e informa que foi discutida exaustivamente a proposta de Resolução sobre Direitos Humanos e Empresas com os membros da Comissão e parceiros presentes. A ideia é que seja debatida na presente reunião e que sejam incorporadas as contribuições para que possa ser votada no primeiro momento da 54ª reunião ordinária, a ser realizada no dia 10 de dezembro, em comemoração ao dia internacional dos direitos humanos. Conselheira Cristina informa que a Resolução será publicada pela Fundação Friedrich Ebert, e será traduzida para o espanhol, o que amplia o alcance de seu conteúdo.

Encaminhamentos: Separar a exposição de motivos da resolução no momento da votação na 54ª Reunião Ordinária.

TARDE

5. Relato de moradora da Cidade de Deus Claudete Costa, catadora de material reciclável, Presidente da COOPE/RPV e representante dos catadores e catadoras de material reciclável no Estado do Rio de Janeiro pelo Movimento Nacional dos Catadores (MNCR)

Claudete Costa iniciou sua fala afirmando que é sobrevivente da Chacina da Candelária, mora há 19 anos na CDD, é catadora há 30 anos, desde que tinha 10 anos. Desde 2016 a abordagem policial piorou muito na CDD, relata que seu filho, que é negro e tem 24 anos, sai para trabalhar e tem sofrido abordagens muito duras pela polícia, relata muita apreensão até o filho retornar do trabalho. Claudete considera que morar dentro da comunidade está muito complicado, operação policial não tem hora para acontecer. Muitas vezes as pessoas não podem sair para trabalhar e ir para escola por causa das operações policiais que acontecem a qualquer hora. Com relação a sua vivência como liderança de catadores e catadoras na Unicopas, relata o desmonte de tudo que é social e voltado para pobre, acha e entende que as organizações tem de se unir para ficar mais fortes nesse momento tão difícil. Faz o relato de que foi para reunião da CIDH em Washington, foi a mulher negra brasileira moradora de comunidade catadora de recicláveis escolhida, foi uma honra. Relata as dificuldades enfrentadas nesse governo, como o carrinho dos catadores que vem sendo confiscados no Centro, catadores tem de trabalhar muito para conseguir adquirir outro carrinho, é muito sacrifício. Governo está muito difícil para a população mais pobre. Foi perceptível como nos Estados Unidos os negros obtiveram muitas conquistas de espaços, em consumo, propagandas, publicidade, no Brasil ainda temos muita luta para lutar. Conselheiro Eduardo faz o relato de sua participação na reunião da CIDH e reafirma a importância da participação de Claudete por sua legitimidade para falar em nome dos movimentos sociais que representa. Conselheira Ieda parabeniza Claudete por sua fala e propõe medida educativa em relação a importância dos catadores para sociedade. Conselheiro Gianinni afirma que os Conselhos atualmente são simulacros de participação social, estamos

em dívida de fazer, a participação encontra-se descaracterizada. Pensar talvez num seminário, num diagnóstico que afirme a não participação social dos simulacros de conselhos que continuam existindo. Conselheiro Mariante comenta sobre a nota da ABGLT que estabelece parâmetros que podem servir de iniciativas que podemos tomar enquanto CNDH. A exceção do CNDH e CNS, o que houve foi a extinção. Não há meias palavras com um governo que é sistematicamente violador de direitos humanos de mulheres, LGBTs, negras e negros, trabalhadores e trabalhadoras. Conselho como órgão de participação em que a sociedade civil não é protagonista de sua própria eleição, não é Conselho. Conselheira Eneida manifesta sua felicidade em ter ouvido a apresentação de Claudete Costa e parabeniza seu trabalho. Vice-Presidenta Deborah afirma que conselhos são espaços permanentes de formulação de políticas públicas, não servem apenas para tratar de problemas pontuais. Presidente Leonardo ressalta que hoje os catadores e catadoras não tem participação em nenhum espaço de participação social pois os dois colegiados dos quais faziam parte foram extintos, então estão sem voz.

Encaminhamentos: Enviar convite para Claudete Costa para compor a Comissão Mulheres, LGBTI e enfrentamento ao racismo do CNDH. Levar para o conhecimento da Comissão de Participação a negação de qualquer espaço de participação social por parte dos catadores de recicláveis.

6. Apresentação do Relatório da Missão realizada à região Alto do Rio Preto/BA

Conselheira Livia faz o relato da missão, descrevendo a dificuldade de acessar o local da comunidade, devido a alteração na estrada, tem de obrigatoriamente passar pelo Condomínio Estrondo, trajeto leva mais de seis horas para ser percorrido. Pessoas ameaçadas, pessoas que já foram baleadas, agredidas, atacadas, mas não tem medo e fizeram seus relatos. Durante reunião com Delegado de Formosa, este se eximiu da responsabilidade, atribui a outras instituições, e a delegacia não funciona aos fins de semana. Conselheira relata que em muitas das falas o que emergiu foi um clamor por vida, por acesso, pelo direito de ir e vir.

Conselheiro Leandro sugere a melhoria de três blocos de recomendação: (i) o pedido de federalização do caso. Há uma ordem judicial de 2017 que não é cumprida. O mandato não foi expedido; (ii) é preciso recomendar a questão dos conflitos, para que se retire a autorização da empresa de vigilância; (iii) Prefeitura deveria tomar posição de reintegração de posse, devido ao bloqueio da estrada.

Encaminhamentos:

- Oficiar PF, solicitando informações sobre a empresa Estrela Guia (documentos que permitiram o credenciamento dessa empresa, quem é o diretor presidente, qual o tipo de armamento liberado, onde o armamento fica estocado, qual a quantidade de funcionários)
- Oficiar o governador, com cópia ao presidente do TJE, ao PGJ e ao CNJ afirmando que há uma decisão judicial sem cumprimento e copiar o CNJ para tomada de conhecimento.
- Oficiar o MPE, solicitando a ata da audiência pública de 03/11/2019
- Solicitar informações à AATR sobre as discriminatórias
- Oficiar prefeitura sobre a temática das valas nas áreas de passagem
- Acrescentar no relatório recomendações para o MPF, MPE, DPU e DPE para que estejam periodicamente no local.

7. Apresentação do Relatório da Missão à Curitiba sobre os direitos da população em situação de rua

Conselheiro Leonildo agradece ao CNDH por aprovar a missão, com a presença de diversos conselheiros. Relata que no primeiro dia houve o Seminário, escuta da população em situação de rua na Praça Rui Barbosa, uma reunião com a FAZ, houve reunião na Defensoria Pública, reunião com a Secretaria de Justiça do Paraná. No Tribunal de Justiça, não foram atendidos pelo presidente, mas o juiz auxiliar recebeu e orientou para o CNDH officiar as demandas. Houve também reunião com o Conselho de DH Estadual. O relatório está sendo elaborado por estudantes no núcleo de direitos humanos da universidade. Informa que foi encaminhado um ofício para a prefeitura sobre a situação da água (mortes por conta da falta de acesso à água). Quase 5 mil pessoas em situação de rua em Curitiba, com 600 vagas em acolhimento, que não são preenchidas porque a população é humilhada. Propõe a criação de um batalhão de proteção e acolhimento que tenha essa compreensão. Vice Presidenta Deborah informa que representantes do GDF falaram que tinham um plano distrital para a população em situação de rua. Informa ainda que em conversa com Soledad (relatora dos Dhesca na OEA), foi dito que o Decreto é a melhor legislação no mundo para a população em situação de rua. Conselheira Luisa acrescenta que o Decreto é principiológico, desenha como deveria ser a política, os instrumentos. E que a proposta da Resolução pelo CNDH tem a perspectiva de tradução dos direitos estabelecidos. Leonildo ressalta que o presidente da república já mexeu no Decreto, pois revogou o art. 9, sobre o CIAMPRUA. Acredita que é o CNDH, a Comissão de PopRua, que é o socorro para essa população. Se fala em 300 mil, 500 mil e até 1 milhão de pessoas em situação de rua, é muito preocupante. Governo Federal fechou as portas para o diálogo. Vice-Presidenta Deborah sugere a criação de uma comissão da OAB. É preciso ter a sugestão de nomes, com algumas categorias, com indicação de presidente, vice-presidente. Conselheiro Patriota declara que irá falar com o presidente da OAB a respeito desse compromisso.

Encaminhamentos:

- Votação indicação da consultoria de Irene Rizini para elaborar minuta de resolução. Aprovado por maioria de votos, com abstenção do MJ.

8. Relato e Encaminhamentos da Comissão Permanente Direito da População em situação de rua

Conselheiro Leonildo relata que a reunião foi realizada na segunda-feira à noite, com a presença de quatro integrantes da Comissão, com a pauta de construção de uma resolução para operadoras/es de justiça, em relação aos direitos da população de rua. Proposta de realização de um seminário em abril para discutir a minuta e posteriormente apresentar à Plenária do CNDH. Foi relatada também na reunião a ida do Conselheiro a Cuiabá, local em que a população de rua não consegue acessar as unidades de saúde, entre vários outros problemas. Conselheira Luisa relata que foi feito pela Comissão um cronograma para elaborar a resolução, com a perspectiva de fazer uma reunião com pessoas identificadas como parceiros em fevereiro, de modo a articular, fortalecer a conexão, com uma rede de apoio. Irene Rizini, do Centro Internacional de Pesquisa da Infância e Juventude foi indicada ser consultora e ajudar na elaboração da minuta. Conselheiro Leonildo faz a proposta de missão para o Cuiabá no

próximo ano, menciona o relato das Defensoras Públicas de estados do Norte relatando os problemas da população em situação de rua nessa região.

9. Nota Contrária a aprovação da reforma da previdência (Ad referendum)

Conselheiro Leandro fez a leitura da Nota.

Encaminhamentos: Nota contrária à aprovação da previdência aprovada, com voto contrário do MJSP.

DIA 14 DE NOVEMBRO DE 2019 (QUINTA-FEIRA):

10. Resolução sobre de Direitos Humanos e Empresas.

Encaminhamentos: Encaminhar a minuta elaborada a todas/os conselheiras/os que terão até o dia 25/11/2019 para enviar as contribuições. O GT irá compilar as sugestões enviadas e encaminhar a versão final para apreciação das/os conselheiras/os até o dia 05/11/2019. O tema será pautado no primeiro ponto de pauta da tarde do dia 10/12.

11. Nota do CNDH contrária a posição do Brasil sobre o Bloqueio Econômico a Cuba.

Encaminhamentos: Nota aprovada por maioria de votos com abstenção do MMFDH e voto contrário do MJSP.

12. Relato das defensoras da ANADEP

Defensoras informam sobre o interesse em participar das reuniões da Comissão Permanente Direitos da População em Situação de Rua.

Encaminhamentos: Enviar ofício ANADEP solicitando indicações para integrar a Comissão Permanente Direitos da População em Situação de Rua.

13. Resolução sobre os crimes contra os direitos humanos ocorridos a partir de 05 de novembro de 2014, em Mariana e na Bacia do Rio Doce

Encaminhamentos: Aprofundar na próxima reunião a discussão com documento mais enxuto. Peça contribuições para a próxima reunião, especialmente sobre o caso fático. Pautar na próxima reunião da Mesa Diretora e na próxima Reunião Plenária.

Leo: sugere inclusão no documento do plano de ação 2020.

14. Relato das Conselheiras Estaduais do Estado do Rio de Janeiro.

As conselheiras relataram sobre denúncia entregue ao CNDH sobre a designação de representantes do Conselho Estadual do Rio de Janeiro para a 4ª Reunião Ampliada dos Conselho de Direitos Humanos que irá ocorrer em Brasília nos dias 26 e 27 de novembro.

Encaminhamentos: Presidente informou sobre a impossibilidade de emissão de bilhetes para novos representantes e que o CNDH estudaria a hipótese de emitir ou não os bilhetes para os nomes enviados via e-mail do Conselho. Fazer incidência sobre o funcionamento do CEDHRJ cobrando a designação dos membros eleitos e a convocação das reuniões.

15. Designação de relatora para Missão sobre Mato Grosso do Sul

Encaminhamentos: aprovada por unanimidade a indicação da relatora ad-hoc Daniele de Sousa Osório.

16. Nota de repúdio à declaração do Deputado Federal Eduardo Bolsonaro sobre “Novo AI-5” (Ad Referendum)

Encaminhamentos: Aprovada por maioria de votos com abstenção do MJSP e do MMFDH.

17. Recomendação sobre direitos do povo Tupinambá de Olivença/BA

Encaminhamentos: Aprovada por maioria de votos com abstenção do MJSP.

18. Carta sobre Fundo da Amazônia Oriental

Eneida faz um informe sobre o trabalho que está sendo realizado sobre o tema.

19. Apresentação do Relatório Parcial da Missão realizada a região de Alcântara e Comunidade do Cajueiro

Chalreo faz o relato da missão e apresenta relatório parcial pendente de complementação.

Encaminhamentos: Reiterar ofício enviado à Secretaria da Casa Civil do Estado do Maranhão. Presidente fará nova articulação com Estado para que respondam.

20. Relato sobre o Seminário Direitos Humanos e Saúde Mental

Encaminhamentos: Encaminhar a todos os Conselheiros/as o Relatório do Seminário.

21. Relato sobre o Seminário Desafios da Segurança Pública no Brasil

Everaldo Patriota fez o relato.

Encaminhamentos: Produzir material com os produtos das discussões do Seminário.

22. Denúncias

Encaminhamentos: Aprovados por unanimidade os encaminhamentos.

23. Relato de reunião com a SECOM sobre a recomendação sobre Comunicação (programas policiaiscos)

Encaminhamentos: Fazer o compilado das respostas recebidas sobre a recomendação. Convidar MJSP para próxima reunião da Comissão da Comunicação.

24. Relato da Reunião com Presidente da Câmara dos Deputados

Leonardo Pinho fez o relato da reunião e informou que houve o compromisso do Rodrigo Maia de não pautar nenhum PL sobre a criminalização dos movimentos sociais.

Conclusão do 2º dia de reunião